

PLANEJAMENTO E GESTÃO DA LOGÍSTICA PÚBLICA SUSTENTÁVEL - PGB

Competência técnica: Gestão ambiental

Conhecimentos relacionados: Instrumentos de gestão ambiental pública

Objetivo Geral

Capacitar integrantes da administração pública, que atuem como planejadores e gestores da logística pública sustentável e tomadores de decisões envolvidos com as ações de infraestrutura ligadas às ações sustentáveis.

Objetivos Específicos

- Planejar ações ligadas às ações de infraestrutura em alinhamento com os pressupostos da gestão sustentável;
- Estabelecer a adoção de critérios de sustentabilidade na seleção de produtos e serviço, a fim de reduzir os impactos negativos sobre os ecossistemas causados pela cadeia produtiva;
- Instigar e sensibilizar outros servidores partícipes da cadeia de valor de suprimentos e contratações a fazer uma reflexão quanto aos valores do desenvolvimento sustentável, com o intuito de fomentar as compras e contratações públicas sustentáveis.

Metodologia e Recursos

Aulas expositivas, recursos audiovisuais e estudos de casos.

Conteúdo Programático

- Os Planos de Gestão de Logística Sustentável.
- Avaliação da Logística Sustentável na Administração Pública.
- Ciclo de Vida do Produto e Logística Reversa.
- Eficiência Energética e no uso da água.
- Ecoeficiência.
- Os Cinco “R”.
- Gestão de resíduos (Saúde/Infectante, Sólido, Inservíveis, Perigosos e Tecnológicos)
- Perspectivas e Tendências da Gestão Ambiental.
- Legislação ambiental.
- Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P.
- Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como

- sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.
- Decreto 7.404, de 23 de dezembro de 2010 – Regulamenta a Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa.
 - Ato Executivo 5.298/2013 – Institui e divulga o guia de material para compras com especificações que evidenciem requisitos de sustentabilidade, em conformidade com as normas publicadas pelos órgãos reguladores competentes e de acordo com a legislação respectivamente aplicável.

Avaliação

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

Bibliografia

Agenda de América do Norte para a Ação: 2003-2005, meio ambiente, Economia e Comércio, Dezembro de 2002 C/C.01/02-06/PLAN

Biderman, R. , L. Betiol, L. Macedo, M. Monzoni, R. Mazon (orgs) ICLEI (2008) **Guia de compras públicas sustentáveis. Uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável.** 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Comissão Européia (2005) **Compras Ecológicas! Manual sobre a Contratação Pública Ecológica.** Oficina de Publicações Oficiais das Comunidades Européias. Luxemburgo. ISBN 92-894-8988-X

Indústria e Economia - Unidade de Consumo e Produção Sustentável. “**Processo de Marrakech sobre Consumo e Produção Sustentável. Resumo do Projeto**”. Paris. Disponível no site www.pnuma.org/industria/produccion_cs.php

MASERA, D. (2002) “**Sustainable consumption. A global status report**”. Disponível no site www.iisd/linkages/consume/oslo004.html OCDE (2002) “Recommendation of the Council on Improving the Environmental Performance of Public Procurement, C 3, 23/01/2003.

Peter H. May, Maria Cecília Lustosa, Valéria da Vinha, **Economia do Meio Ambiente, Teoria e Prática**, Elsevier, Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Campus.

Serra Cambaceres, A. (1997) “**Implementação das diretrizes para a Proteção do Consumidor das Nações Unidas**”. No Relatório Anual do Escritório Regional para América Latina e Caribe. Consumers International. Disponível no site www.consumidoresint.cl/legal/implementacion/asp

Carga horária:

30 horas

Atualização: 02/06/2014

Revisão: 00